

Negociação com o FMI na reta final

Agora, só falta o detalhamento dos números, o que pode ser concluído amanhã, quando Pedro Parente regressa ao País

Maria Helena Tachinardi, de Washington

A missão do governo brasileiro, que está discutindo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) metas para o ajuste fiscal e o programa de reformas tributária, financeira, trabalhista e da Previdência Social, deverá ter continuidade, em Washington, até amanhã.

"Estamos detalhando os números", afirmou sábado à tarde o secretário executivo da Comissão de Acompanhamento e Gestão Fiscal, Pedro Parente. A delegação, com funcionários dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Previdência, está reunida com Teresa Ter-Minassian, vice-diretora do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI e especialista em economia brasileira, que tem monitorado, pelo Fundo, as negociações com o governo.

Este é o primeiro encontro formal desde que o FMI e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, divulgaram, na

semana passada, um comunicado conjunto, no qual o governo brasileiro se compromete com uma meta de superávit primário do setor público de 2,5% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços do País no período de um ano, a partir de 1999.

"Não há nada para anunciar", afirmou Parente, acrescentando que "o que vale" é o que disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na semana passada. Na ocasião, Malan deixou claro que é do interesse do Brasil fazer um acordo com o FMI.

Esse passo depende, entretanto, da finalização dos números do ajuste fiscal e do seu anúncio, que deve ocorrer depois do segundo turno das eleições, marcado para o próximo domingo, na semana que começa no dia 25.

Amanhã, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá receber da



Pedro Parente

equipe econômica o conjunto de medidas do programa fiscal a serem adotadas em três anos. O presidente afirmou, após as eleições que lhe deram a vitória no primeiro turno, que as medidas serão apresentadas e debatidas com o Congresso Nacional.

A previsão é que um acordo do Brasil com o Fundo será seguido da liberação de recursos internacionais para apoiar as reformas econômicas brasileiras, o que, o governo espera, irá tranquilizar os mercados financeiros. Participarão desse pacote financeiro o FMI, o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e provavelmente bancos privados. O objetivo é restabelecer a confiança do mercado

internacional, que, desde a moratória russa, em agosto, vêm pressionando pela redução do déficit fiscal no Brasil. As pressões têm resultado em perda diária das reservas internacionais do País.

Na nota conjunta divulgada na semana passada, o FMI apóia a continuidade da atual política cambial brasileira e o compromisso do governo com as reformas fiscal, tributária, financeira, trabalhista, da Previdência Social e o programa de privatizações.

Ontem, em New Haven (Connecticut, EUA), o secretário do Tesouro norte-americano, Robert Rubin, afirmou que "o mundo está experimentando a sua mais séria crise financeira dos últimos 50 anos". Para Robert Rubin, segundo a agência Bloomberg, "houve um excesso de investimento e concessão de crédito dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, sem que os riscos fossem adequadamente medidos".

O secretário do Tesouro norte-americano lembrou, ainda, que o governo dos Estados Unidos está negociando com o Congresso daquele país, um aporte de capital, da ordem de US\$ 18 bilhões, ao FMI. Os recursos serão usados para evitar o agravamento da crise financeira.